



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Conselho Nacional de Imigração

CNIg/II/10/03/2009

Ata

1 Aos dez dias do mês de março de dois mil e nove, na sala de reuniões do quarto andar
2 do Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, localizado na Esplanada dos
3 Ministérios, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional de Imigração
4 para a realização da segunda reunião de dois mil e nove, sob a presidência do Senhor
5 Paulo Sérgio de Almeida e com a presença do Senhor Aldo Cândido, Coordenador do
6 CNIg; Christina Aires Corrêa Lima, representante da CNI; Elias Ferreira, representante
7 da FS; Fátima Oliveira da Silva, representante do MPS; José Ribamar Dantas,
8 representante da CGTB; Lídia Miranda de Lima Amaral, representante do MCT;
9 Luciano Pestana Barbosa, representante do MJ; Marcos Vinícius Quito, representante
10 do MS; Maria Auriana Pinto Diniz, representante do MEC; Marilena Moraes Barbosa
11 Funari, representante da CNF; Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto,
12 representante da CNC; Ralph Peter Hendersen, representante do MRE; Rinaldo
13 Gonçalves de Almeida, representante do MTE; Sérgio Antônio Ferreira Victor,
14 representante da CNT; Vitor Luiz Silva Carvalho, representante da CUT e os
15 convidados Secretário Aloísio Gomide, MRE; César Francisco Alves, MRE; Emb.
16 Eduardo Gradilone, Departamento para as Comunidades Brasileiras no Exterior; Etsuo
17 Ishikawa, Associação Brasileira de Hamamatsu – ABRAH e Irmã Rosita Milese, IMDH.
18 **1. Abertura** - A reunião teve início com a palavra do Presidente, Paulo Sérgio, que
19 saudou os presentes, dando-lhes as boas vindas, mencionando que esta é a segunda
20 reunião do ano de dois mil e nove. Informes da presidência: a) O problema dos
21 emigrantes brasileiros face à crise econômica internacional: O Presidente do CNIg
22 relembrou o que foi debatida, anteriormente, a questão migratória dos brasileiros no
23 exterior; que isso está no centro do debate internacional e da mídia; e que todos do
24 Conselho estão acompanhando, com grande preocupação, os reflexos que essa crise
25 econômica tem trazido para os migrantes, principalmente, brasileiros. Comentou sobre
26 uma matéria que saiu, por três dias seguidos, no Jornal Nacional, da Rede Globo, que
27 falava da situação dos brasileiros no Japão que tinham perdido o emprego, a moradia e
28 moravam nas ruas, sendo que alguns moravam dentro de seus próprios automóveis.
29 Informou que, por causa da preocupação com a situação desses brasileiros, foi
30 convidado o Presidente da Associação Brasileira de Hamamatsu (ABRAH), o senhor
31 Etsuo Ishikawa, para que ele pudesse trazer informação qualificada, uma vez que é uma
32 pessoa que vive no Japão. Informou que foi criado um Grupo de Trabalho para
33 acompanhar o que está acontecendo nesse cenário para que se possa chegar a medidas
34 para minorar as consequências do movimento de brasileiros que têm regressado ao
35 Brasil, medidas essas que devem ser encaminhadas, a título de sugestão, ao Governo

36 Brasileiro. Informou também que, ainda nesta reunião, haverá o relato do Grupo de
37 Acompanhamento do Cenário Internacional e Reflexo nas Políticas Migratórias.
38 b) Dia Internacional da Mulher: O Presidente do CNIg, Paulo Sérgio, mencionou que,
39 no domingo próximo passado, foi comemorado o Dia Internacional da Mulher. Prestou
40 sua homenagem, declarando considerar que o Conselho é um exemplo no tratamento
41 das questões de gênero, tendo em face o equilíbrio numérico entre homens e mulheres
42 no conjunto de seus conselheiros. c) Designação de novo Conselheiro-Suplente: O
43 Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio, comunicou que houve a designação de
44 um novo Conselheiro-Suplente, que é o senhor Sérgio Antônio Ferreira Victor, da
45 Confederação Nacional dos Transportes, em substituição à Conselheira Tatiana Cardoso.
46 d) reunião com a Comunidade Nipo-Brasileira no CIATE em São Paulo: O Presidente
47 do CNIg informou que, no dia dezesseis de março, acontecerá uma atividade onde o
48 Conselho se reunirá com representantes da comunidade Nipo-
49 -Brasileira, no Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE); no
50 evento, serão apresentados relatos de quem voltou ao Brasil e está se reintegrando à
51 sociedade brasileira; é um ponto de vista que retrata o outro lado da questão, isto é, a
52 visão de quem já voltou. e) Relatório sobre a viagem da delegação do CNIg ao Japão
53 em novembro/08: o Presidente do CNIg distribuiu uma cópia do relatório completo a
54 cada uma das bancadas. f) Comunicado do MJ sobre acesso dos estrangeiros aos
55 serviços cartoriais: O Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio, informou que
56 recebeu comunicado do Ministério da Justiça sobre a questão do acesso dos estrangeiros
57 a registro de nascimento e reconhecimento de firma, exarado pelo Senhor Henrique
58 Pires, chefe de divisão, confirmando o direito, que assiste a esses estrangeiros, de
59 registrar nascimentos no Brasil. O comunicado se originou de episódios em que
60 estrangeiros encontraram dificuldades de registrar o nascimento de seus filhos nos
61 cartórios brasileiros por conta da exigência, da parte desses cartórios, de
62 reconhecimento de firma da genitora, o que nem sempre é viável, tendo em vista que,
63 em muitos casos, a parturiente não possui carteira de trabalho nem passaporte. g)
64 Evento sobre migração na Câmara de Comércio Brasil-Alemanha: O Presidente do
65 CNIg, Paulo Sérgio, informou que, dia dezenove de março, a Câmara de Comércio
66 Brasil-Alemanha promoverá um evento sobre a crise e os movimentos migratórios, o
67 qual será realizado no Rio de Janeiro, na sede da Federação das Indústrias do Rio de
68 Janeiro (FIRJAN); e recomendou a participação dos conselheiros. O debate trará
69 consultores e representantes de empresas e de uma série de entidades que lidam com o
70 movimento migratório de profissionais, para discorrer sobre os impactos da crise
71 econômica nesse movimento. h) Convidados desta reunião do CNIg: O Presidente do
72 CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio, anunciou a presença dos seguintes convidados: senhor
73 Etsuo Ishikawa, da ABRAH (Associação dos Brasileiros de Hamamtsu); do
74 Embaixador Eduardo Gradilone, Diretor do Departamento para as Comunidades
75 Brasileiras no Exterior; do Primeiro-Secretário Aloísio Gomide; e do senhor Daniel, que
76 acompanha o Embaixador. Informes dos Conselheiros e convidados: a) Reunião de
77 Saúde do Viajante: O Conselheiro Marcos Vinícius Quito (MS) informou que houve
78 uma reunião de Saúde do Viajante, dentro do Congresso Brasileiro de Medicina
79 Tropical, que aconteceu em Recife/PE, onde se reuniram com os representantes de
80 agências governamentais, como a ANVISA, representantes de academia, de serviços
81 que prestam assistência à saúde de viajantes, tanto brasileiros como estrangeiros, como
82 parte das atividades da Sociedade Brasileira de Medicina de Viagem. Nessa
83 oportunidade, contou-se com a presença do senhor Jorge Guttieri (representante da OIM,
84 do escritório de Buenos Aires). O Conselheiro Marcos Vinícius Quito (MS), nessa
85 reunião, discorreu sobre a política migratória no contexto internacional sobre o

86 relacionamento do Conselho Nacional de Imigração com essa temática. Dessas reuniões,
87 o Ministério da Saúde pretende retirar subsídios para a Política de Saúde do Viajante:
88 entender o deslocamento do viajante como um evento que engloba, não apenas o
89 momento da viagem em si, mas também seus momentos imediatamente anterior e
90 posterior, devendo-se ter em conta os cuidados necessários com a saúde do viajante, no
91 que tange aos riscos de acometimento e de transmissão de doenças. Têm sido
92 incorporados, nessa discussão, temas que se relacionam com a política migratória como
93 um todo: tráfico de pessoas, trabalho escravo, migração para o trabalho. Informou
94 também que, quando a política estiver satisfatoriamente elaborada, irá trazê-la ao
95 Conselho para que se possa fazer uma discussão mais detalhada a respeito da mesma. b) DigiForum: O
96 Conselheiro Marcos Vinícius Quito (MS), que participa de um Fórum de
97 Fotografia (DigiForum), com milhares de fotógrafos do mundo todo e no qual uma das
98 salas de discussão versa sobre brasileiros residentes no Japão, informou que está sendo
99 elaborado, à luz desse Fórum Digital, um projeto intitulado *Olhar dos Brasileiros*
100 *Migrantes no Japão*, o qual visa expressar a sensibilidade e o olhar dos brasileiros que
101 estão no Japão; que, no momento, se está construindo uma exposição virtual dessas
102 imagens; e que, em um segundo momento, esta será transformada em exposição
103 concreta realizada por brasileiros no estrangeiro. c) Carta-Circular nº 3355, do Banco
104 Central do Brasil, sobre abertura de contas de depósitos para imigrantes estrangeiros
105 que vivem no Brasil: A Conselheira Marilena Funari (CNF) informou que a Federação
106 Brasileira de Bancos expediu um comunicado dando ciência a todo o Sistema
107 Financeiro da carta-circular do Banco Central para que seu conteúdo seja observado,
108 nos seguintes termos: *Carta-Circular 3.355. Esclarece sobre a identificação de*
109 *depositante, para fins de abertura de contas de depósito. Em face de dúvidas suscitadas*
110 *por instituições integrantes do sistema financeiro, esclarecemos que, para fins do*
111 *cumprimento do disposto no art. 1º, inciso I, da Resolução nº 2.025, de 24 de novembro*
112 *de 1993, alterado pela Resolução nº 2.747, de 28 de junho de 2000, a Carteira de*
113 *Trabalho e Previdência Social (CTPS), bem como quaisquer outros documentos oficiais*
114 *de identificação legalmente instituídos e expedidos por órgãos ou entidades públicos, é*
115 *documento hábil para a identificação do depositante, inclusive em se tratando de*
116 *estrangeiros residentes no País. Brasília, 1º de dezembro de 2008.* d) Convenção sobre
117 o Trabalho Marítimo: O Conselheiro Rinaldo de Almeida (MTE) informou que esteve,
118 nos últimos quinze dias, num curso dado pela Organização Internacional do Trabalho
119 (OIT), na Itália, relativo a uma nova Convenção que consolida todas as Convenções que
120 tratam de trabalhadores marítimos até o momento e que essa Convenção, que foi
121 assinada em 2006, está em processo de ratificação – faltam, ainda, alguns países
122 ratificarem para que passe a vigorar –. A partir de sua vigência, os países signatários
123 poderão inspecionar todas as embarcações que cheguem a seus portos, mesmo oriundas
124 de países não signatários, de modo a verificar as condições de trabalho no interior
125 desses navios. e) Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados: O
126 jornalista César Franco Alves (MRE/Câmara dos Deputados) informou que o Vice-
127 Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o Deputado João Hermann,
128 apresentará alguns requerimentos na primeira reunião, da atual legislatura, da referida
129 comissão. Para tanto, solicitou que fossem realizados levantamentos sobre diversos
130 temas, dentre os quais se destaca a questão da comunidade brasileira no exterior. Ao
131 analisar os resultados, o deputado percebeu uma subavaliação do quadro econômico,
132 cujos indícios se mostram desde o início de 2008. Essa mesma subavaliação se
133 manifesta novamente na declaração de que “essa crise é passageira, é um episódio” –
134 ressaltou o jornalista –. Destacou a importância de declarações, como a do Embaixador
135 Roberto Azevedo (que se encontra no *clipping* do CNIg), de que as medidas

136 protecionistas verificadas no exterior se aproximam da xenofobia, estendendo seu
137 alcance para além das mercadorias estrangeiras e alcançando a mão-de-obra estrangeira
138 nos países que adotaram tais medidas. f) Programa do SEBRAE de decasséguis e
139 reciclagem de trabalhadores: O jornalista César Franco Alves (MRE/Câmara dos
140 Deputados) citou o exemplo do programa do SEBRAE de decasséguis e outras
141 iniciativas; destacou que ainda não houve, nem por parte do Governo e nem das outras
142 entidades, uma preocupação maior quanto à questão de reciclagem dos trabalhadores –
143 tanto os que estão no exterior, quanto os que estão no Brasil –, que seria uma forma de
144 minorar o problema atual. Indagou sobre que iniciativas estão sendo tomadas, no âmbito
145 do CNIg ou em outras áreas, no sentido de reciclar os trabalhadores brasileiros, tanto no
146 exterior quanto no Brasil, e permitir que eles possam se inserir, de forma mais
147 competitiva, no mercado de trabalho. **2. Aprovação da agenda provisória** – Foi lida a
148 agenda provisória da reunião, nos seguintes termos: *1. Abertura; 2. Aprovação da*
149 *Agenda Provisória; 3. Aprovação da Ata da I Reunião Ordinária de 2009; 4.*
150 *Apresentação da situação dos brasileiros no Japão, pelo Presidente da Associação dos*
151 *Brasileiros de Hamamatsu (ABRAH); 5. Apresentação de relatório pelo Grupo de*
152 *Trabalho sobre Estrangeiros que possam estar submetidos a trabalho escravo; 6.*
153 *Apresentação de relatório pelo Grupo de Trabalho criado para acompanhar o atual*
154 *contexto internacional e o impacto nas migrações de trabalhadores; 7. Apresentação*
155 *do estágio atual do projeto “Casa do Trabalhador Brasileiro”; 8. Assuntos diversos:*
156 *informação sobre a III Jornada Hemisférica sobre Políticas Migratórias, e Apoio ao II*
157 *Encontro da Rede de Brasileiras e de Brasileiros no Europa; 9. Processos a serem*
158 *relatados. A agenda foi aprovada, com ressalva à aprovação da ata da reunião anterior*
159 *(ponto 3). **3. Aprovação da ata da reunião anterior** – A ata será apreciada, na*
160 *próxima reunião do Conselho, juntamente com a desta. **4. Apresentação da situação***
161 *dos brasileiros no Japão, pelo Presidente da Associação dos Brasileiros de*
162 *Hamamatsu (ABRAH) – O Presidente da ABRAH, senhor Etsuo Ishikawa, saudou os*
163 *presentes e homenageou as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. Depois,*
164 *apresentou-se: é nissei de segunda geração, advogado, tem dois filhos e foi, com a sua*
165 *família, morar no Japão há vinte anos. Desde mil novecentos e noventa e cinco, vem*
166 *fazendo consultas jurídicas gratuitas para a comunidade brasileira. Depois de dez anos*
167 *de muito estudo e muito trabalho junto à Ordem dos Advogados local, conseguiu o*
168 *credenciamento, a licença para poder atuar como advogado especializado em legislação*
169 *brasileira dentro do território japonês. Atualmente, é o único advogado nessa área no*
170 *Japão e, por conta disso, tem muito trabalho. Sua frustração é não poder responder à*
171 *altura ou resolver todos os problemas da comunidade brasileira em território japonês*
172 *que lhe são apresentados. Relatou que, no ano passado, foi convidado, pelo Ministério*
173 *das Relações Exteriores (MRE), para a I Conferência dos Brasileiros Residentes no*
174 *Exterior, oportunidade essa em que pôde ouvir os vários problemas que os brasileiros*
175 *vivem em todas as partes do mundo. Expôs que, hoje, são cerca de trezentos e vinte mil*
176 *brasileiros que moram no Japão; e que Hamamatsu é a cidade *mais brasileira* do Japão*
177 *porque, dos oitocentos e vinte mil habitantes, trinta e dois mil são estrangeiros, dos*
178 *quais, vinte mil são brasileiros. Apresentou a ABRAH (Associação dos Brasileiros de*
179 *Hamamatsu): desde sua inauguração há cinco anos, vem trabalhando como um canal de*
180 *comunicação entre o governo brasileiro e japonês e, dentro desse trabalho, conseguiu*
181 *trazer o terceiro consulado brasileiro no Japão para a cidade de Hamamatsu. Relatou a*
182 *situação geral dos brasileiros no Japão, baseado no seu dia-a-dia, de agosto até hoje:*
183 *recentemente, foi veiculada, através do Jornal Nacional, uma matéria do repórter*
184 *Roberto Kovalick (que é o correspondente da Ásia, da Rede Globo, em Tóquio), que lhe*
185 *causou grande surpresa e que o deixou entristecido e chocado, pela forma como foi*

186 conduzida: era uma matéria de cerca de três minutos, que começou falando sobre
187 economia japonesa e terminou falando da crise, enfocando os brasileiros sendo
188 demitidos, brasileiros desempregados com a iminência de ter que retornar ao Brasil,
189 transmitindo a impressão de que todos os trezentos mil brasileiros estão passando a
190 mesma necessidade, quando, na verdade, estima-se que tenha cerca de cinquenta mil
191 brasileiros desempregados. Da maneira como foi colocada – opinou o Sr. Ishikawa –, a
192 matéria causou péssima impressão para os expectadores, tanto os que residem no Brasil
193 quanto os que moram no Japão. De dezembro a fevereiro, uma das mais de vinte
194 agências de viagem de médio e grande porte de Hamamatsu informou que cerca de mil
195 pessoas já viajaram – o equivalente a três Boings 747 lotados de brasileiros – somente
196 através da referida agência. Ainda não se sabe quantos brasileiros retornaram por conta
197 própria; diferentemente daquela família de brasileiros que foi a protagonista da matéria,
198 que já estava há treze anos no Japão. A indignação da maioria das pessoas com quem
199 conversou – relatou o Sr. Ishikawa – foi: “Por que uma família que está há treze anos no
200 Japão, no exterior, não tem uma economia para poder retornar ao País de origem?” e
201 não se encontra uma resposta efetiva para o porquê. O senhor Ishikawa acredita que foi
202 um exagero muito grande expor, da maneira como foi exposta, a face de uma criança
203 comendo um pão e dizendo que aquela família estava passando necessidade, pois são
204 casos pontuais. Relatou que o Governo Brasileiro já repatriou cerca de trinta pessoas,
205 somente nesse ano, e que, num de seus plantões no Consulado-Geral do Brasil em
206 Nagoya, deparou-se com a seguinte situação: um senhor de idade, com sessenta e dois
207 anos de idade, motorista de profissão que, em primeiro de setembro do ano passado, foi
208 despedido de seu ofício, no qual trabalhava há mais de 12 anos e, no dia dois, sofreu um
209 infarto – muito provavelmente, provocado por essa situação –. Esse senhor morava, a
210 partir de então, num contêiner. Então, o Sr. Ishikawa percebeu que, claramente, esse
211 seria um caso de assistência consular, de assistência social, e solicitou a presença do
212 Conselheiro do Consulado, pedindo para que esse caso fosse melhor avaliado, porque
213 entendia que era caso de repatriação. Reforçou que se trata de casos pontuais, não
214 podendo ser generalizados como se fossem os trezentos mil brasileiros vivendo nessa
215 situação. Reforçou que a crise mundial afetou o primeiro mundo: começou nos Estados
216 Unidos e a segunda potência mundial, o Japão. Já existem muito desempregados e, em
217 razão do início do ano fiscal japonês, o mês de abril, ainda deverá atingir o seu ápice,
218 deverá ter muita gente sendo demitida, muita gente que se encontra em aviso prévio e,
219 ante esse quadro, se faz a seguinte pergunta “Se o quadro é de demissão, se o quadro é
220 já de aviso prévio, o que o Governo Japonês, o que é que as lideranças da comunidade
221 brasileira no Japão, o que as entidades, as associações civis organizadas estão fazendo
222 em relação a esses brasileiros que estão desempregados, desorientados, desinformados.
223 De que maneira essas entidades e essa rede de apoio poderiam auxiliar esses
224 brasileiros?”. Existe um mecanismo para qualquer trabalhador que se desemprega e que
225 acolhe o trabalhador que recolheu seus impostos, que pagou o Seguro Social: o Seguro
226 Desemprego, que pode variar de três a seis meses no Japão, num percentual de 60 a
227 70% do salário com base na média salarial dos últimos seis meses e com o qual o
228 trabalhador poderia sobreviver. Informou que as Prefeituras municipais têm uma linha
229 de crédito que está sendo oferecida a todos os trabalhadores desempregados: *ajuda-*
230 *sobrevivência* (seria o suficiente para se sobreviver) e *auxílio-moradia*. Informou, ainda,
231 que existe a Agência Nacional de Empregos (Hello Work) que a comunidade brasileira
232 veio a conhecer agora, na crise, porque, até então, o trabalho lhes era passado através
233 das *empreiteiras de mão-de-obra*, substituindo a Agência oficial de emprego; essas
234 empreiteiras são as empresas que terceirizam; são as empresas tomadoras que recrutam
235 e locam essa mão-de-obra para as empresas maiores. Todos os trabalhadores

236 estrangeiros temporários começaram a descobrir o que significa um Hello Work porque
237 as empreiteiras não possuem mais nenhum posto de emprego a ser oferecido; por isso,
238 as agências estão sendo procuradas em massa. Por exemplo, na última visita feita a
239 Hello Work de Hamamatsu, havia cerca de duzentas e cinquenta pessoas, por dia, sendo
240 atendidas, das quais 80% eram de brasileiros, todos sendo muito bem atendidos: para
241 cada situação, era colocada uma solução ou um encaminhamento de rumo. O Sr. Etsuo
242 Ishikawa informou que a comunidade está dessa forma: estão se desempregando, estão
243 perdendo os seus empregos; mas, da maneira como o quadro permite, o Governo
244 Japonês tem dado todo o auxílio necessário e as associações (inclusive a ABRAH)
245 também. Foi criada, juntamente à Prefeitura, uma associação chamada Força Brasil (em
246 japonês, Gambarê Brasil), que foi constituída na necessidade emergencial da situação
247 para que se pudesse fazer um levantamento mais preciso, uma pesquisa mais técnica,
248 mais profissional, onde se pudesse ter números e, a partir de números exatos, poder
249 oferecer ou solicitar medidas do governo local, do governo provincial e mesmo até do
250 governo central no sentido de adotar políticas emergenciais em função da crise.
251 Reforçou que não se tem, ainda, esses números exatos – somente notícias da tal agência
252 que mandou mil pessoas embora e das escolas brasileiras de Hamamatsu, que tinham
253 cerca de quinhentos alunos e que esse número caiu pela metade por reflexo: o pai perde
254 o emprego, a mãe perde o emprego, conseqüentemente, não têm condições de pagar as
255 escolas e a primeira reação é tirar o filho da escola –. Acredita que, dentro dessa rede de
256 apoio, estão conseguindo *administrar* e que a *administração* dessa crise não é uma
257 administração unilateral: existe a necessidade, sempre, do diálogo, da comunicação, não
258 somente do lado japonês, mas também do lado brasileiro. O senhor Etsuo Ishikawa
259 (ABRAH) informou que já houve duas passeatas de brasileiros no Japão e, por ser o
260 Japão um país muito diferente culturalmente de qualquer outro país, acredita que essas
261 manifestações – ir às ruas com bandeiras verdes e amarelas, com faixas protestando,
262 pedindo emprego, protestando contra a demissão em massa, pedindo educação –, num
263 momento como esse, é uma coisa extremamente prejudicial à imagem do brasileiro e
264 que as conseqüências são danosas; que, mesmo assim, ainda há movimentos para que
265 uma terceira manifestação desse naipe seja realizada. Ainda com relação aos danos
266 causados à imagem do imigrante brasileiro por causa das manifestações, contou uma
267 experiência pessoal: queria alugar uma casa maior, gostou de uma, foi até a
268 administradora desse imóvel e, mesmo tendo fiadores confiáveis – médicos e advogados,
269 profissionais considerados de elite no Japão –, não o conseguiu, uma vez que o
270 proprietário não queria alugá-la para estrangeiros e porque as últimas notícias dão conta
271 de que a situação dos brasileiros não está boa, que até houve algumas manifestações.
272 Reforçou que o Japão é um país diferente e que, durante muitos anos, viveu fechado,
273 sem ter acesso a outro tipo de cultura; que a presença do estrangeiro é uma coisa
274 recente – aproximadamente, trinta anos –. A presença maciça de brasileiros é algo mais
275 recente ainda: enquanto o Brasil comemorou cem anos da imigração japonesa,
276 comemoraram-se vinte anos do fenômeno decassegui; por isso, fica muito complicado,
277 dentro do Japão, de lançar mão de coisas que, no Brasil, seria muito simples: reunir um
278 grupo de pessoas em local público, com placas e cartazes, para manifestar, pedir,
279 reivindicar. Expressou a opinião de que é inoportuno o momento e de que se fizeram
280 essas manifestações na hora mais inapropriada possível. Reforçou a situação dos
281 brasileiros no Japão: não há que se falar em mandar os aviões da FAB para repatriar
282 ninguém – já que foram pelas próprias pernas, pelas próprias pernas devem retornar,
283 exceto os casos pontuais –; que as coisas estão sob controle, administradas. Uma coisa
284 que lhe chamou a atenção foi a possibilidade do pagamento retroativo para poder se
285 beneficiar do Seguro Desemprego, haja vista que existe uma fresta na lei que o governo

286 japonês, através da Agência Nacional de Empregos, está viabilizando para a pessoa
287 receber três ou quatro meses de seguro-desemprego: ele paga algo em torno de
288 quinhentos dólares americanos retroativos para receber quatro mil e quinhentos dólares
289 de seguro-desemprego. O Sr. Ishikawa informou que tem aconselhado aos brasileiros,
290 dizendo: “você quer ir embora? Tome cuidado. Passe nos órgãos em que tem que se
291 apresentar (na Prefeitura, na Agência Nacional de Emprego, na Inspeção Trabalhista),
292 pague seus impostos direitinho, negocie, diga: ‘eu não estou tendo condições’. Vá
293 embora direitinho para que, um ano e meio, dois anos depois, você tenha porta aberta
294 para retornar”. Ainda sobre a crise, reforçou que o brasileiro é bastante solidário e que,
295 por isso, veem-se famílias inteiras – de sete, oito pessoas – morando no mesmo
296 apartamento, se virando, recebendo o Seguro Desemprego para tentar, com ele, comprar
297 passagem e retornar. Outro ponto levantado pelo Sr. Ishikawa foi o da necessidade de o
298 governo japonês adotar políticas mais sérias em receber o trabalhador estrangeiro. E
299 citou o exemplo daquelas revistas brasileiras em que há anúncios de empreiteiras de
300 mão-de-obra dizendo: “estamos recrutando; estamos recebendo currículos para futuros
301 empregos”, numa grande preocupação com o período do reaquecimento do mercado
302 global: no momento em que a situação melhorar, o Japão vai precisar desses
303 trabalhadores de volta e a preocupação que surge é quanto às ações das empreiteiras de
304 mão-de-obra superfaturando passagens aéreas, prometendo empregos e não cumprindo,
305 prometendo situações vantajosas que não existem. Por essa razão, mais do que nunca,
306 seria o momento oportuno de os dois governos (brasileiro e japonês) refletirem e
307 tentarem corrigir isso. Criticou a comunidade brasileira, que se debruça no excesso de
308 paternalismo estatal. Registrou sua preocupação com a questão educacional das crianças
309 brasileiras porque, não havendo trabalho, não haverá como mantê-las nas escolas.
310 Criticou as escolas brasileiras no Japão, pois não ensinam nem japonês e nem a cultura
311 japonesa e, na hora em que essas crianças e esses jovens tiverem que concorrer a um
312 emprego no Japão, por não falarem e não entenderem a língua local, estarão em
313 desvantagem. O Sr. Ishikawa, finalizando sua fala, reforçou que as informações que
314 vêm através da mídia brasileira – dizendo que a comunidade brasileira passa
315 necessidade, mora debaixo da ponte – devem ser recebidas com bastante cautela,
316 uma vez que essa não é a primeira matéria sensacionalista, exagerada e descabida que se
317 ouve; que se preocupa, enormemente, com a imagem do brasileiro no Japão; que está
318 torcendo para que, daqui a um ano e meio ou dois (dependendo das gestões do governo
319 brasileiro junto ao governo japonês) se tenha condições de que esses brasileiros, que
320 estão retornando ao Brasil, tenham condições de voltar ao Japão para trabalhar, com a
321 porta aberta, mas em condições reais e justas, sem a exploração de empreiteiras.
322 Destacou que, no Seminário de Tóquio, em novembro do ano passado, foi falado muito a
323 respeito disso: está na hora das grandes empresas, das grandes montadoras, das grandes
324 empresas multinacionais japonesas terem a possibilidade de contratar diretamente, sem
325 passar por intermediários ou – se é inevitável ter intermediários – que se tenha uma
326 legislação mais cautelosa e mais zelosa em prol do trabalhador estrangeiro. Informou
327 que todos os brasileiros que vivem no Japão são legais, ao contrário do que acontece no
328 EUA e na Europa, onde há mais de um milhão de brasileiros, sendo 70% de ilegais. E
329 voltou a acrescentar que o governo japonês tem agido dentro das possibilidades: o que é
330 possível está sendo feito; está sendo administrado; e que as prefeituras das províncias e
331 o governo brasileiro estão pressionando o governo central do Japão para que essas
332 políticas sejam feitas. O Presidente do CNIg, Paulo Sérgio, agradeceu a presença e a
333 apresentação do Sr. Etsuo Ishikawa e agradeceu também pela boa recepção oferecida à
334 delegação do CNIg, ano passado; reiterou a importância de seu apoio, no sentido de
335 conhecimento sobre a realidade dos brasileiros no Japão; destacou que esse depoimento

336 complementa, traz mais notícias, mais conhecimento, mais informação para que o
337 Conselho possa, analisando-as, vislumbrar algum tipo de proposição ou de medida.
338 Ressaltou que o Conselho tem mantido contato com o Ministério das Relações
339 Exteriores, através do Embaixador Eduardo Gradilone, com bastante troca de
340 informações sobre a situação dos brasileiros no Japão. Lembrou que tem dito que é
341 sempre importante avaliar, permanentemente, o contexto, à medida que as informações
342 vão surgindo: a mídia, os representantes do governo japonês, os representantes das
343 comunidades brasileiras, sindicatos. Ante essa série de informações – destacou –, o
344 Conselho vai tomando nota e avaliando a conveniência, a necessidade de algum tipo de
345 medida com relação ao que se passa no Japão. Pontuou dois aspectos que o senhor
346 Etsuo Ishikawa trouxe: um ligado ao trabalho, de que a migração do Brasil para o Japão
347 não tem um ponto final – pois acredita que a crise vai passar; que, daqui a algum tempo,
348 o Japão vai continuar necessitando de mão-de-obra e trabalhadores de outros países.
349 Com isso, vai continuar o fluxo de brasileiros para o Japão. O Conselho deve trabalhar
350 para que o recrutamento no Brasil, que está sendo feito de forma desregulamentada, seja
351 regulamentado. Opinou que, conversando com o governo japonês, deve-se pensar em
352 tentar estabelecer algum tipo de tratamento para que, à medida que voltar a se
353 incrementar a emigração de brasileiros para o Japão, isso se dê de uma maneira muito
354 mais segura, organizada e garantida – em termos de direitos – para brasileiros naquele
355 país. A segunda questão é o tema da educação: o Conselho tem recebido relatos do
356 MRE, do embaixador brasileiro no Japão e dos consulados brasileiros sobre o que está
357 acontecendo; e um dos pontos que chamaram a atenção é a quantidade de crianças e
358 adolescentes fora da escola. As consequências de eles ficarem sem educação, no Japão,
359 são graves, pois é fundamental para o futuro dessas crianças. O Governo Japonês já tem
360 algum tipo de medida no sentido de facilitar o ingresso das crianças e dos adolescentes
361 brasileiros nas escolas japonesas. Como o tema educação foi citado, a Conselheira
362 Maria Auriana Diniz (MEC) interveio, explicando que o MEC tem, com o Japão, um
363 sistema de escolas reconhecidas no Governo Brasileiro; que essa relação, não tem com
364 nenhum outro país do mundo; que a vantagem é que essas crianças e adolescentes,
365 quando estudam nas escolas brasileiras do Japão, ao voltarem para o Brasil, são
366 inseridas como se tivessem estudado em território nacional, o que facilita a vida escolar
367 dos alunos. Lembrou que o sistema educacional brasileiro é composto por escolas
368 públicas e escolas privadas e que, no Japão, as escolas brasileiras são somente privadas;
369 que, quando os pais estão desempregados, os seus filhos não vão à escola, porque eles
370 não têm condições de pagar. Informou que recebeu, há pouco mais de um mês, o
371 Conselheiro da Embaixada do Japão para conversar sobre o que o MEC poderia fazer
372 para ajudar às famílias que se encontram nessa situação no Japão; que o Governo
373 Brasileiro não tem os mecanismo legais de atender ou de dar algum tipo de suporte
374 financeiro; que, talvez, possa ser oferecido um mecanismo de bolsa, mas seria um
375 processo longo, uma vez que a responsabilidade primeira do MEC diz respeito ao
376 sistema público de educação, porque são os impostos dos cidadãos brasileiros e há todo
377 um mecanismo legal a ser seguido. Informou que o MEC tem recebido algumas
378 denúncias de que famílias que voltaram para o Brasil estão tendo problema de inserção
379 de seus filhos no sistema educacional brasileiro porque essas crianças e esses
380 adolescentes voltaram sem os seus respectivos históricos escolares, uma vez que seus
381 pais não tiveram condições de pagar a escola que, por sua vez, não emite seus
382 documentos. Essa criança e esse adolescente chegam ao Brasil sem documento, criando
383 um problema para o sistema que os está recebendo, sendo necessário estudar um
384 mecanismo para conseguir essa documentação. No Brasil, a escola particular não pode
385 negar a documentação das crianças por motivo de pagamento, pois isso é uma

386 negociação feita em outro nível. A criança e o adolescente não podem ser prejudicados.
387 Informou que o MEC está trabalhando para resolver essa questão. O Conselheiro José
388 Ribamar Dantas (CGTB) disse que, infelizmente, num processo de informação, o que
389 fica é a primeira impressão; que a imagem que ficou era a do brasileiro aquecendo o
390 filho com o ar-condicionado de seu carro até que acabasse a bateria. Criticou os órgãos
391 de comunicação, porque prevalece o que dá IBOPE, em detrimento da responsabilidade
392 que têm. Opinou que essa crise os remetia a dar continuidade ao projeto Casa do
393 Trabalhador. Indagou ao senhor Etsuo Ishikawa (ABRAH) por quem seriam bancadas
394 essas linhas de crédito mencionadas na apresentação e encerrou, colocando a CGTB à
395 disposição da ABRAH. Por sua vez, o senhor Etsuo Ishikawa (ABRAH) informou que o
396 auxílio-moradia seria provido através dos apartamentos administrados ou tendo como
397 proprietário a província ou a cidade por um custo baixo – o equivalente a trezentos reais,
398 no máximo – e que, recebendo o Seguro Desemprego, o brasileiro desempregado teria
399 plenas condições de custear; e mesmo aquele que não está em condições de pagar,
400 talvez, tenha como negociar. O Conselheiro Vitor Luiz Carvalho (CUT) comparou o
401 que ocorre no Brasil (as terceirizações) com o que ocorre no Japão (as empreiteiras de
402 mão-de-obra): se faz um contrato de terceirização nas empresas estatais – que nada mais
403 é do que contratação de mão-de-obra e não de serviço –, sendo que a terceirização era
404 para serviço; mas acaba-se contratando mão-de-obra. Usou o exemplo da Petrobrás:
405 retém 20% do valor do contrato porque, ao final dele, se a tomadora não tiver pago ou
406 não tiver recolhido INSS, FGTS, Férias, Décimo Terceiro, toda essa série de pré-
407 requisitos que o Brasil e a sua legislação obriga ao empregador fazê-lo, será abatida
408 desses 20%, uma vez que o tomador de serviços é solidário porque aquele trabalhador
409 que está dentro da sua indústria, da sua instalação – acaba fazendo parte daquele
410 organismo – e o Judiciário brasileiro, a partir desse entendimento, passou a obrigar a
411 Petrobrás (e outras) a fazer o recolhimento para se precaver. Outro ponto levantado pelo
412 Conselheiro Vitor Luiz Carvalho (CUT) foi a necessidade de se obrigar que o tomador
413 de mão-de-obra tenha um escritório no Brasil e que ele seja regido pela legislação
414 brasileira na hora de tomar a mão-de-obra. Comparou os brasileiros legalizados no
415 Japão com os brasileiros ilegais nos EUA e na Europa: enquanto os primeiros têm as
416 portas abertas se quiserem voltar, os segundos não, pois se costuma carimbar *deportado*
417 no passaporte e, com isso, a porta fica fechada, impossibilitando que retorne de forma
418 legal àqueles países. E, finalizando sua intervenção, declarou sua indignação para com a
419 mídia não noticia o lucro recorde de trinta e três bilhões da Petrobrás (na verdade foram
420 trinta e seis bilhões, mas cai para 33 bilhões com o prejuízo de algumas empresas
421 integrantes do sistema Petrobrás), mas vai criticar, achando um absurdo, numa crise
422 como essa, a destinação da participação de lucros aos trabalhadores; não questionando o
423 legítimo pagamento da distribuição de dividendos aos acionistas. O Conselheiro Vitor
424 Luiz Carvalho (CUT) declarou seu descontentamento, também, com a ação dos
425 empregadores ante a crise: que aproveitaram para demitir e buscar subsídio do Governo,
426 agindo precipitadamente. A Conselheira Christina Lima (CNI) expressou sua contínua
427 preocupação com as crianças e com os adolescentes que estão sendo formados como
428 cidadãos de segunda categoria, porque nem se inserem no Japão – porque não têm a
429 devida qualificação por falta de educação formal – e nem no Brasil, caso retornem.
430 Perguntou ao senhor Etsuo Ishikawa (ABRAH) se o Governo Brasileiro teria como criar
431 algum mecanismo (como bolsa de estudos), uma vez que a Constituição Brasileira
432 garante aos brasileiros a educação. A Conselheira Maria Auriana Diniz (MEC) reforçou
433 que a educação somente é garantida em território nacional. A Conselheira Christina
434 Lima (CNI) insistiu e exemplificou o que ocorre no Brasil: há uma série de mandados
435 de segurança e mandados de injunção, pedindo que o Governo Brasileiro pague escolas

436 particulares quando não há vagas na rede pública; ressaltou que esse tipo de
437 interpretação pode abrir caminhos legais ao MEC para tentar uma forma de
438 financiamento desses brasileiros no exterior, pois, se o Estado não cuidar dessas
439 crianças e desses adolescentes agora, ele mesmo arcará com problema depois, como a
440 criminalidade – algo que está até manchando a imagem do Brasil no exterior, pois as
441 crianças e os adolescentes acabam não estudando, ficam na ociosidade e são os
442 principais formadoras de gangues no Japão – e isso contribui de forma extremamente
443 negativa para a imagem dos brasileiros. Ressaltou ainda que, caso esses jovens retornem,
444 o passo natural é que eles continuem nessa vida no Brasil. Expressou sua opinião no
445 sentido de que considerava que isso não era um problema somente de educação, mas de
446 prevenção e de segurança pública e acredita que deve haver uma série de políticas
447 públicas a serem formuladas envolvendo o CNIg e diversos órgãos e Ministérios
448 responsáveis (como o MJ, MRE e MEC); louvou o programa do SEBRAE de
449 decasséguis e reforçou que há a necessidade de uma solução legal e viável, em que o
450 Estado Brasileiro possa financiar, de alguma forma, os filhos desses brasileiros que
451 estão no exterior para ter uma educação que seja utilizada tanto lá fora quanto no Brasil,
452 caso voltem. Sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para que pense
453 em soluções legais, reais e rápidas para esse problema, com o financiamento público, já
454 que a situação real é de dificuldade de pagamento das escolas pelos pais dessas crianças
455 e desses adolescentes. Seria como o Bolsa-Escola. O Embaixador Eduardo Gradilone
456 informou que teve a oportunidade de trabalhar no Japão à época em que a Embaixada
457 do Brasil criou o primeiro setor local de apoio à comunidade brasileira no mundo,
458 tratando da questão da coletividade brasileira: uma forma mais política e menos
459 individualizada e foi isso que levou à criação da Sub-Secretaria das Comunidades
460 Brasileiras no Exterior que busca dar maior ênfase a isso. Discorreu que a atividade
461 consular tradicional sempre foi de proteger o brasileiro em dificuldades, fornecer
462 documentos, entre outras coisas e que somente depois que a diáspora cresceu é que se
463 teve o início de políticas para os brasileiros, enquanto comunidade, passando para um
464 atendimento consular de segunda geração: aulas de português para os filhos de
465 brasileiros, maior ênfase na manutenção dos vínculos com o Brasil, preservação da
466 cultura brasileira, medidas para fazer com que a comunidade seja vista da forma mais
467 positiva possível perante a comunidade local, divulgação do País através das
468 comunidades, dos produtos, da cultura brasileira e que, no Japão, já se têm condições de
469 ir muito mais além, graças à situação regular dos brasileiros migrantes, como até um
470 tipo de atendimento consular de terceira geração; por isso, têm-se Grupos de Trabalho
471 negociando previdência social, cooperação jurídica civil e outras coisas mais. Informou
472 que, na visita ao Japão, em novembro, do Seminário sobre a Comunidade Brasileira no
473 Japão, aproveitou a oportunidade para visitar os Ministérios Japoneses, os
474 Governadores de Província e as Prefeituras Municipais para transmitir duas mensagens:
475 uma é a preocupação com o problema de educação e da Cultura, onde apresentou, às
476 autoridades, sua preocupação e declarou que gostaria de que o Japão fornecesse mais
477 recursos para esse fim: financiasse professores bilíngues para fazer a adaptação do
478 brasileiro, que é colocado na escola japonesa e não entende o japonês, lugares nas
479 escolas japonesas para que pudesse ter cursos de português usando as instalações da
480 rede escolar japonesa, mecanismos para facilitar a transformação das escolas privadas
481 brasileiras em *miscellaneous schools* (que pagam menos tributos) e evitaria que as
482 escolas cobrassem caro dos decasséguis. E a segunda mensagem foi com relação ao
483 trabalhador brasileiro: que não fosse o primeiro a ser dispensado, pedindo que o
484 Governo Japonês, inclusive em retribuição ao tratamento que foi dado aos japoneses no
485 Brasil, fizesse algo nesse sentido. Acredita que houve uma coincidência de conjunturas

486 que podem vir a beneficiar o brasileiro no Japão: primeiro, houve um ano de
487 comemoração do centenário da imigração japonesa no Brasil e, durante um ano,
488 reviveram-se todas as redes sociais, todas as iniciativas e todos os projetos que estavam
489 em curso no Japão – principalmente, aqueles relacionados à área de educação –. Isso
490 serviu para uma integração que está sendo extremamente útil nesse momento de crise.
491 Segundo, há a grande sorte de se ter como Primeiro-Ministro, o senhor Taro Aso, que
492 viveu no Brasil, que gosta do Brasil e que, em atendimento a tudo o que foi solicitado,
493 baixou um pacote de medidas, no dia trinta de janeiro deste ano, contrastando com
494 outros países do mundo que estão expulsando os brasileiros – inclusive, comprando os
495 empregos regulares deles, em troca de indenizações para que deixem os seus postos de
496 trabalho e recebam indenizações quando estiverem no Brasil, já longe da competição
497 com os seus nacionais –. As medidas baixadas para a manutenção dos decasséguis no
498 Japão, que entrará em vigor a partir de primeiro de abril, são, no tocante à educação,
499 praticamente a reprodução das reivindicações que foram feitas: lugar para que as
500 famílias estrangeiras possam deixar seus filhos enquanto trabalham ou procurem
501 empregos, medidas para facilitar a adaptação dos estudantes que têm que aprender o
502 japonês, medidas para ensinar o idioma local. Foi criado um escritório especialmente
503 para tratar desses assuntos. Também foram baixadas medidas para facilitar a busca de
504 emprego com criação de mecanismos, inclusive, para ajudar a divulgar a Agência
505 Nacional de Empregos do Japão – porque, anteriormente, as empreiteiras é que eram a
506 forma de comunicação –, colocar mais tradutores para que os brasileiros, enquanto não
507 aprendem a língua, possam saber quais são as oportunidades; há, também, toda uma
508 série de medidas de apoio à moradia para que possam permanecer mais tempo naquelas
509 oferecidas pelas empreiteiras e não tenham que abandoná-las porque não se inscreveram
510 nos órgãos de Seguro Social, até com os benefícios de retroatividade. Foi criado,
511 também, um grande esquema de informação para que possam entender qual é a
512 verdadeira situação de emprego e saber como se orientar e, se nada disso der certo,
513 ainda há a quinta e última medida: o auxílio ao retorno. Haverá uma reunião de
514 Coordenação, no dia dezessete, e a estratégia, agora, é que metade dessa reunião seja
515 dedicada, tão somente, a essas medidas. Já foi transmitido, numa reunião preparatória
516 japonesa, que o que será pedido é que o Governo Japonês faça tudo para implementar,
517 efetivamente, todas essas medidas, pois elas são um resumo do que se tem pedido, ao
518 Japão, há muitos anos, e essa crise pode ser uma oportunidade de se conseguir coisas
519 que, até hoje, não se conseguiu por causa da inércia, haja vista que o processo decisório
520 no Japão é muito difícil. Informou que a Presidente da JICA saiu a público para dizer
521 que tem interesse de usar a Agência de Cooperação Japonesa em algum programa que
522 possa ajudar os decasséguis, seja na área de educação, seja na área de emprego, seja no
523 que for; e que a delegação japonesa vai incluir um representante da JICA e vai incluir
524 um representante desse escritório de apoio aos estrangeiros nessa reunião do dia
525 dezessete. Em sua opinião, os brasileiros terão de enfrentar os mesmos desafios que os
526 imigrantes japoneses tiveram no Brasil e a forma de superar as dificuldades foi a
527 educação. Lembrou que, a partir de certo período, o Governo Japonês instituiu,
528 inclusive, o canto do hino do Ministério da Educação nas escolas japonesas e nas casas,
529 praticamente, se entoava o hino nacional japonês e se entoava o hino da educação. E
530 agradeceu ao convite para participar da reunião do CNIg. O Presidente do CNIg,
531 Conselheiro Paulo Sérgio, agradeceu a presença e a disponibilidade do Embaixador em
532 participar do debate. Declarou sua admiração pelo trabalho que o Ministério das
533 Relações Exteriores faz e vem fazendo em relação às comunidades de brasileiros no
534 exterior e que acredita que o Itamaraty vem atuando de uma forma bastante firme com
535 relação a isso. Citou, como exemplo, a realização do Seminário Brasileiros no Mundo,

536 que reuniu vários representantes das comunidades brasileiras para um grande debate
537 sobre políticas de apoio que devam ser traçadas. Lembrou-se, ainda, da campanha
538 presidencial de 2002, onde o então candidato e hoje Presidente Lula, escreveu a *Carta*
539 *aos Brasileiros que Vivem Longe de Casa* estabelecendo uma série de compromissos,
540 para o seu futuro Governo, em relação ao apoio a esses brasileiros, que vivem fora do
541 Brasil, uma vez que o Brasil sempre foi um país de imigração, sempre acolheu bem os
542 estrangeiros e, há muito pouco tempo, se transformou num País do qual também sai
543 muita gente para outros países; isso faz com que se tenha que ter novas políticas, novas
544 prioridades, o que estaria muito bem refletido, inclusive, na criação da sua Sub-
545 Secretaria do Departamento que trata, com exclusividade, das comunidades brasileiras
546 no exterior. Defende que o Governo como um todo deve ter política para os brasileiros
547 que estão no exterior, algo como quatro milhões de pessoas que vivem fora do Brasil,
548 que não deixaram de ser brasileiros e continuam sendo cidadãos brasileiros. Disse ser
549 necessário que os países de recebimento também ajam, uma vez que esses países, que
550 acolheram essas pessoas, se beneficiaram do seu trabalho; as empresas se beneficiaram
551 desse trabalho, aquela sociedade se beneficiou da presença dos brasileiros e seria muito
552 justo que, agora, num momento de crise, essas sociedades, esses países, também possam
553 ter políticas de mais apoio, de mais acolhimento a esses brasileiros e a esses
554 estrangeiros que estão lá. Reforçou que o papel do CNIg é acompanhar, propor medidas
555 que se façam necessárias, no âmbito de todos os Ministérios e que já, diversas vezes,
556 havia sugerido, a várias áreas de Governo, adoções de políticas. Reforçou que haverá,
557 no dia dezesseis, em São Paulo, um debate com os representantes da comunidade nipo-
558 brasileira, sobre algumas medidas em que se pode pensar; por exemplo, na questão da
559 qualificação profissional desses brasileiros que estão voltando para o Brasil ou na sua
560 requalificação profissional; que aproveitará o debate para ouvir as pessoas para se
561 verificar se é algo que, realmente, vai trazer algum tipo de benefício, algum reflexo na
562 melhoria da condição de reintegração desses brasileiros que estão voltando do Japão. A
563 Conselheira Marjolaine do Canto (CNC) solicitou acesso ao conjunto de medidas do
564 Japão, como informação até para essa reflexão do que se tem feito diante da crise
565 mundial. A Irmã Rosita Milese (IMDH) levantou duas questões ao senhor Etsuo
566 Ishikawa (ABRAH): se os mecanismos expostos estão disponíveis para a comunidade
567 como um todo ou são de difícil acesso, uma vez que, na prática, a maioria das pessoas
568 ou não conhece ou não sabe ou não está informada, como no caso da Agência Nacional
569 de Empregos; e se a mídia se dispõe a informar à comunidade. Disse também que tem
570 muita relação com as pastorais japonesas, com os padres que vão acompanhar as
571 comunidades; que há uma pastoral, chamada Pastoral dos Brasileiros no Exterior, que
572 prepara missionários e os envia; são realizados encontros com frequência e seria
573 importante saber dessas informações para poder, através deles, difundir e ajudar essas
574 comunidades. Também comentou sobre o programa de *retorno harmonioso*; que
575 vislumbra uma possibilidade de muitas pessoas se valerem dessa oportunidade de
576 retornar. Indagou até que ponto esse programa teria uma correspondência no Brasil, seja
577 de órgãos de Governo, seja de entidades da sociedade civil, para que essas pessoas, ao
578 chegarem, não comecem o grande problema que não se soluciona com a passagem de
579 volta, mas começa ao chegarem ao Brasil. Baseada na experiência que tem em
580 programas de *retorno harmonioso*, como da OIM e da Cáritas Internacional, que
581 ajudam o retorno de migrantes brasileiros da Bélgica, da Irlanda, o IMDH dá assistência
582 a essas pessoas, que agradecem a oportunidade de voltar, embora, por trás disso, sempre
583 haja um programa de governo daqueles países que demonstra que, em geral, apoiam o
584 retorno quando já não querem aquela mão de obra, quando não precisam mais dela ou
585 quando as pessoas se tornaram uma dificuldade (voltam as pessoas doentes e as que

586 foram abandonadas); mas, ao mesmo tempo, para as pessoas em si, essa é uma
587 oportunidade e cerca de 90% delas agradecem por terem chegado ao Brasil; mas, agora,
588 chegando aqui, se deparam com uma situação muito difícil, de fato. E, embaçada nisso,
589 perguntou sobre até que ponto há uma contrapartida de acompanhamento, de orientação,
590 de reintegração dessas pessoas que retornam ao Brasil. O senhor Etsuo Ishikawa
591 (ABRAH) respondeu às indagações colocadas, informando que existem mecanismos de
592 pronto atendimento aos trabalhadores que se desempregam; que surgiu a possibilidade
593 do pagamento retroativo para que esse trabalhador pudesse, pagando retroativamente,
594 ter acesso ao Seguro Desemprego (Shakai Hoken); quando, normalmente, não teria
595 como ter acesso; que falta informação precisa em relação a esses benefícios para a
596 comunidade brasileira e que, para sanar esse problema, foi criada, emergencialmente,
597 uma Associação, em Hamamatsu, para tentar levar a informação mais precisa para o
598 trabalhador brasileiro – tanto o que está desempregado como o que está em aviso prévio
599 – por meio de uma cartilha de procedimentos usuais nesses casos; ressaltou que a
600 desinformação da comunidade brasileira advém, também, da cultura da pouca leitura do
601 brasileiro, que somente lê a manchete de jornal e não o seu conteúdo e que não busca as
602 informações fiéis nos órgãos responsáveis; opinou que isso seria o desafio da
603 Associação, das Prefeituras locais, dos organismos de apoio (como as Hello Work e a
604 Inspeção de Normas Trabalhistas) que têm contratado tradutores de japonês para o
605 português para que o trabalhador tenha acesso às informações reais e para poder formar
606 um juízo a respeito do quadro e, a partir daí, decidir se permanecerá no Japão ou se
607 retornará para o Brasil. Em relação ao *retorno harmonioso*, acredita tratar-se da
608 transferência do problema do Japão para o Brasil. O senhor Etsuo Ishikawa (ABRAH)
609 informou ainda que fora consultado pela Província de Shizuoka sobre a viabilidade de
610 abrir um crédito utilizando dois bancos brasileiros, oferecendo empréstimos bancários
611 para que os brasileiros pudessem retornar; e o fiador desse empréstimo seria a Província
612 de Shizuoka. Ou seja: já se sabe, de antemão, que esse empréstimo teria a possibilidade
613 de não ser pago. O Presidente do CNIg mais uma vez agradeceu à apresentação do
614 senhor Etsuo Ishikawa (ABRAH) e às intervenções dos Conselheiros e dos convidados
615 acerca do tema; informou que o Conselho continuará se debruçando sobre a temática; e
616 que a reunião do dia dezesseis é para tratar justamente da questão dos brasileiros que
617 estão retornando e de como fazer para melhor reinseri-los na sociedade brasileira. **5.**
618 **Apresentação de relatório pelo Grupo de Trabalho sobre Estrangeiros que possam**
619 **estar submetidos a Trabalho Escravo** – O Presidente do CNIg, Paulo Sérgio,
620 informou que o Grupo chegou à conclusão de que deveria encerrar seus trabalhos, uma
621 vez que esgotou as suas possibilidades. Foram aprovadas quatro Resoluções por esse
622 GT: a primeira traz uma condição mais facilitada para sul-americanos, já que hoje, para
623 obter um visto de trabalho no Brasil, se for nacional de um país sul americano, basta ter
624 um contrato de trabalho; qualquer outro requisito de experiência profissional ou
625 escolaridade mínima estão dispensados São países com os quais o Brasil avançou no
626 processo de integração e dos quais, também, provém a maioria dos estrangeiros
627 submetidos à condição de exploração nos ambientes de trabalho; essa RN daria a
628 possibilidade de que essas pessoas possam estar de forma regular no Brasil. A segunda
629 RN foi a recomendação da assinatura da Convenção das Nações Unidas para a Proteção
630 dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (que está em
631 tramitação no MRE); a terceira RN aprovada trata da recomendação para a
632 Bilateralização do Acordo de Residência entre Brasil e Chile e Brasil e Bolívia; e a
633 quarta foi a aprovação da RN 84, que revisou a Resolução 60 (Investidor Estrangeiro
634 Pessoa Física), essa RN, na verdade, foi um Grupo de Trabalho específico, mas que se
635 reputa como algo que atendeu a uma consideração do GT sobre Trabalho Escravo, na

636 medida em que possibilitou um tratamento especial aos pequenos empreendedores sul-
637 americanos: a pessoa que tenha um pequeno negócio no Brasil e precisa ter um Visto
638 Permanente, uma Residência Permanente; com a aprovação dessa RN, pretende-se
639 regularizar uma série de pequenos negócios que são tocados por estrangeiros que
640 usavam, inclusive, o trabalho de outros estrangeiros e ficava tudo na informalidade,
641 porque a situação migratória não era compatível com as exigências para a formalização
642 do negócio. Informou que o GT também oficiou vários órgãos, solicitando providências
643 no sentido do acesso dos estrangeiros a serviços públicos, tais como abertura de conta
644 bancária (já citado nos informes da abertura) e acesso aos cursos oferecidos pelo
645 SENAC e pelo SENAI. Houve também duas respostas mais recentes: do Ministério do
646 Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), que coloca quais são as exigências
647 para que um estrangeiro possa abrir firma na Junta Comercial, numa correspondência
648 em que o próprio Secretário de Comércio e Serviços, Dr. Edson Lupatini, mandou
649 informando da vigência de uma Instrução Normativa de mil novecentos e noventa e oito,
650 expedida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC), que diz que
651 tem que ter o documento de identidade de estrangeiro e, se ele é titular da firma
652 individual ou se ele é o administrador de uma sociedade comercial, tem que ter a prova
653 do Visto Permanente (que é algo que está, inclusive, no Art. 99 da atual Lei 6.815). O
654 Presidente do CNIg, Paulo Sérgio, perguntou ao Conselheiro Luciano Barbosa (MJ)
655 como estava a anistia. Por seu turno, o Conselheiro Luciano Barbosa (MJ) informou que
656 o projeto passou na Câmara dos Deputados (o substitutivo apresentado pelo Deputado
657 Carlos Zarattini) e seguiu para o Senado, em regime de urgência, e que acreditava que
658 seria aprovado rapidamente; que o está dentro dos moldes previstos. **6. Apresentação**
659 **de relatório pelo Grupo de Trabalho criado para acompanhar o atual contexto**
660 **internacional e o impacto nas migrações de trabalhadores** – O Presidente do CNIg,
661 Conselheiro Paulo Sérgio, informou que, ontem, houve a reunião desse Grupo de
662 Trabalho, que se concentrou em dois aspectos: o primeiro trata do que está acontecendo
663 com os brasileiros que estão afetados pela crise e estão voltando para o Brasil – que
664 medidas poderiam ser adotadas em relação a eles –; e o segundo ponto de debates foi
665 em relação aos estrangeiros no Brasil – como está a situação deles no País e como essa
666 questão tem afetado a vinda de trabalhadores estrangeiros para o Brasil –, focado no
667 seguinte aspecto: a questão dos prestadores de serviços que vêm pela Resolução
668 Normativa 61, que mantêm os seus contratos de trabalho no exterior o que faz com que,
669 em alguma medida, possa haver um aumento desproporcional do número de
670 estrangeiros que estariam vindo prestar serviços no Brasil, mantendo os seus contratos
671 de trabalho no exterior. Em relação ao primeiro ponto, o Grupo de Trabalho debateu
672 quais eventuais medidas que poderiam ser adotadas, como a questão da Casa do
673 Trabalhador Brasileiro e a existência de programa de qualificação específica para quem
674 está voltando ao Brasil contribuiria ou não para amenizar o problema. O Conselheiro
675 Elias Ferreira (FS) manifestou-se a respeito da reunião do GT sobre a questão das
676 políticas que o Governo venha a desenvolver no intuito de amparar o trabalhador que
677 está retornando ao Brasil e que não seria *assistencialismo*, seria um *investimento* e essa
678 palavra foi colocada, com muita propriedade, uma vez que estariam investindo nesse
679 trabalhador que está retornando. O Presidente do CNIg, Paulo Sérgio, concordou, haja
680 vista que a política de qualificação profissional é um investimento na medida em que se
681 está aprimorando a mão-de-obra e isso sempre se reverte em benefício do país, porque
682 quem está no exterior, por exemplo, na medida em que, amanhã ou depois, volta ao
683 Brasil, traz esse conhecimento adquirido; e o desenvolvimento se faz com investimento
684 em material e também em recursos humanos. O Conselheiro Elias Ferreira (FS)
685 acrescentou que, independentemente da questão imediata do trabalhador, as políticas do

686 SEBRAE, do SENAC e do SENAI também são voltadas ao empreendedorismo, pois,
687 mesmo que venha a tornar-se pequeno empresário, é investimento, porque empresário
688 também é um trabalhador, mesmo um pequeno empreendedor. O Presidente do CNIg,
689 adiantou que, além da reunião do dia dezesseis, em São Paulo, estão planejando fazer
690 uma segunda, em Governador Valadares/MG: uma audiência pública para ver, entre os
691 brasileiros dos EUA – principalmente os que estão voltando para o Brasil –, como está a
692 situação e se existe alguma ação de Governo necessária. Depois, entrou na segunda
693 questão levantada pelo GT, a questão dos imigrantes estrangeiros no Brasil: uma das
694 preocupações, em razão desse contexto internacional, é, em alguma medida, o aumento
695 da vinda de estrangeiros para o Brasil, fora das condições migratórias estabelecidas.
696 Expressou seu sentimento pessoal no sentido de que o Brasil não deveria adotar
697 medidas de protecionismo, como vários países estão fazendo; lembrou que o país possui
698 experiência em lidar com o imigrante, com as pessoas que ajudam a desenvolver o
699 Brasil e afirmou que não vê nenhum indício que leve a adotar algum tipo de medida em
700 termos de protecionismo ou que afaste os estrangeiros do Brasil; mas que se está
701 monitorando a situação para ver se algo de diferente ocorre. Foi detectado, desde o ano
702 passado, o aumento da vinda de profissionais estrangeiros pela Resolução Normativa 61,
703 num incremento de 84% sobre dois mil e sete e o movimento de profissionais
704 temporários para o Brasil, na ordem de 50% de aumento no mesmo período. Acredita-se
705 que isso se dê uma vez que houve muito investimento em tecnologias e equipamentos, o
706 que demanda a presença, por mais tempo do profissional, de uma assistência técnica de
707 mais longo prazo; mas, por outro lado, pode haver algum indício de que algumas
708 empresas estejam preferindo manter o contrato do estrangeiro no exterior porque,
709 muitas vezes, são países com a legislação trabalhista muito frágil, com os salários muito
710 baixos (se comparados com os salários no Brasil) de modo que essa manutenção poderia
711 se constituir em um subterfúgio para fugir das obrigações trabalhistas brasileiras. Está
712 sendo feito o detalhamento desses números para se saber que atividades econômicas são
713 essas, que empresas são essas, que ocupações esses estrangeiros vêm fazer no Brasil,
714 para quais regiões do Brasil estão vindo. Em vista disso, as estatísticas do CNIg, que
715 são trimestrais, estão sendo feitas mensalmente para se ter um acompanhamento mais de
716 perto. Na primeira, de janeiro de dois mil e nove, percebeu-se o seguinte: que, em
717 termos globais, houve uma redução, comparado janeiro de dois mil e nove com janeiro
718 de dois mil e oito, de 25% em número de autorizações de trabalho; embora, em janeiro
719 de dois mil e oito, foram três mil e seiscentos e oitenta e quatro autorizações de
720 trabalho; em janeiro de dois mil e sete, foram mil seiscentas e trinta e quatro; de onde
721 concluiu que janeiro de dois mil e oito foi um mês de difícil comparação porque foi um
722 mês muito alto. Em janeiro de dois mil e nove, foram duas mil setecentas e cinquenta e
723 nove autorizações, sendo menor que janeiro de dois mil e oito, mas bem maior do que
724 janeiro de dois mil e sete e, apesar dessa redução de 25%, a RN 61, com prazo de um
725 ano (comparado janeiro de dois mil e nove com janeiro de dois mil e oito), cresceu 16%,
726 portanto, mantém um ritmo de crescimento bem acima do total de autorizações de
727 trabalho. Comparativamente, durante todo o ano de dois mil e oito, foram quatro mil
728 seiscentas e setenta e cinco autorizações pela RN 61 e, somente em janeiro de dois mil e
729 nove, quatrocentas e treze; o que, proporcionalmente, poderá chegar a quase cinco mil,
730 que é maior do que o ano passado, continuando, assim, o fenômeno do aumento da
731 vinda dessas pessoas pela RN 61. Isso traz alguma preocupação, porque poderia a
732 empresa não querer trazer o contrato de trabalho para o Brasil; preferiria manter fora
733 porque sairia mais barato, enfim. Debateram-se outras questões como, por exemplo, o
734 plano de treinamento, se seria factível ou não, uma vez que seria muito difícil checar se
735 foi realmente implementado. Além disso, a Resolução 61 não tem nenhum vínculo com

736 geração de emprego, como as outras têm. Ainda não se chegou a uma conclusão final,
737 notando-se que esse estudo precisa ser mais aprofundado e acredita-se que, já na
738 próxima reunião, se possa trazer algum tipo de proposta. O Conselheiro Ralph
739 Hendersen (MRE) informou que, por instrução do próprio MRE, a Embaixada em Nova
740 Déli, na Índia, está negando os pedidos de Visto de Negócios, sugerindo aos
741 interessados que requeiram pela RN 61, na intenção de se evitar que pequenas empresas
742 de assistência técnica e de treinamento venham disfarçadas de “negócios”, uma vez que
743 esse tipo de visto é válido por noventa dias, sendo prorrogável por igual período. O
744 Presidente do CNIg, Paulo Sérgio, compreendeu a preocupação do MRE, que explica o
745 aumento no número de autorizações de trabalho a indianos. Muito seriam, inclusive,
746 técnicos do setor de Tecnologia da Informação. O Conselheiro Rinaldo de Almeida
747 (MTE) deu continuidade ao relato do Conselheiro Ralph Hendersen (MRE) contando
748 que a Inspeção do Trabalho também está atenta a esse processo. Em meados do ano
749 passado, os inspetores de Vitória/ES começaram a perceber situações de pessoas
750 entrando nos portos da região, para fazer determinados trabalhos, com Visto de
751 Negócios; foi pedida uma orientação; o Conselho passou, foi repassada a lista de
752 isenções; e foi oportuno porque os inspetores, de uma maneira geral, têm um universo
753 enorme de questões a observar e aquelas informações deixaram o grupo, num primeiro
754 momento, mais alerta. Em meados de fevereiro, um pouco antes do Carnaval, o mesmo
755 grupo de inspetores verificou, na mesma empresa que anteriormente já havia trazido
756 profissionais com visto de negócios e sob a alegação de estarem atuando em uma
757 atividade rápida de prospecção, um problema maior, não só estrangeiros usando visto de
758 negócios indevidamente, mas também outras, usando a Resolução 72 (*off shore*) em
759 terra. Foi feito contato junto à Polícia Federal e foram deportados. Informou que os
760 inspetores estão atentos com relação à RN 61. O Presidente do CNIg, Paulo Sérgio,
761 informou que, com relação à RN 61, o GT continuará analisando a possibilidade de
762 alguma melhoria, em se tornar mais clara a vinda para assistência técnica de forma a
763 não permitir que estrangeiros ou profissionais temporários, que não são contemplados
764 por esta Resolução, venham valendo-se da RN 61. **7. Apresentação do estágio atual**
765 **do projeto Casa do Trabalhador Brasileiro** – O Presidente do CNIg, Paulo Sérgio,
766 informou que será realizada uma reunião de detalhamento de como será a parceria entre
767 o MTE e o MRE, uma vez que a ideia é que a Casa seja executada no exterior por uma
768 entidade ligada às comunidades de brasileiros, ou seja, o MTE irá fazer o apoio, mas a
769 execução será feita por uma associação, alguma entidade ligada às comunidades de
770 brasileiros e esse apoio do MTE seria através de um destaque de crédito ao MRE: o
771 MTE faria o destaque de recursos de seu orçamento para o orçamento do MRE, que
772 faria a chegada desses recursos ao Japão, no caso do projeto-piloto, em Hamamatsu,
773 para que esses recursos pudessem chegar a essa entidade que vai tocar o projeto. Essa
774 seria a linha geral do que está sendo tratado e estão sendo aprofundados, com o
775 Itamaraty, os mecanismos jurídicos para que isso ocorra. Foi pedida uma reunião com o
776 Embaixador Eduardo Gradilone, com a área técnica do MTE, que mexe com repasse de
777 recursos, como, também, a área técnica do MRE, para que se possa já estabelecer um
778 detalhamento do convênio ou do acordo de cooperação a ser feito entre o MTE e o MRE.
779 Informou que estão muito bem definidos os serviços a serem prestados: a Secretaria de
780 Políticas Públicas de Emprego está detalhando o projeto, uma vez que está acostumada
781 a implementar essas unidades, através de convênio, no Brasil todo; a parte material em
782 si (dimensionamento, funcionários, equipamentos) está praticamente definida: se tem a
783 ideia de uma Casa que deva trabalhar com cerca de sete funcionários, que serão
784 contratados no Japão (nenhum funcionário vai ser transferido do Brasil); todos são
785 funcionários locais que serão treinados, com apoio do próprio Governo Japonês e que

786 vão levar toda a parte de orientação sobre a questão trabalhista no Japão. A Casa terá
787 acesso ao SINE (Sistema Nacional de Emprego), de forma que o brasileiro, ao recorrer à
788 Casa, possa ter informações sobre como está o mercado de trabalho brasileiro e,
789 eventualmente, se inscrever como demandante de alguma vaga no Brasil. Relatou que o
790 projeto está já num estágio avançado e que a ideia é começar a trabalhar no mês de
791 julho deste ano e que se tem ciência que ainda há todo um trâmite a ser percorrido. Foi
792 realizada, recentemente, uma reunião com a Caixa Econômica Federal (CEF), no Brasil,
793 que manifestou interesse em participar, também, do projeto, de alguma maneira, sendo,
794 portanto, um parceiro que é muito bem-vindo, uma vez que a CEF mantém um
795 escritório em Hamamatsu. Quanto à parte de monitoramento da Casa, a ideia é que se
796 faça através do MRE, porque o MTE não tem como estar lá para verificar se o recurso
797 está sendo bem empregado, se está sendo gasto conforme as normas vigentes, se o
798 serviço que está sendo prestado com a qualidade exigida; e o MRE instalará um
799 Consulado em Hamamatsu, o que facilitará esse apoio. Opinou que o Conselho deve
800 prestigiar a inauguração da Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão. O senhor Aloísio
801 Gomide (MRE) informou que já foram feitas consultas internas na área de finanças, na
802 área de controle e que a consultoria jurídica preparará, para a próxima reunião sobre o
803 projeto, no Itamaraty, um documento, pois já se tem a ideia da posição de cada uma
804 dessas áreas; e que já estariam disponíveis para a realização dessa reunião e se verificará
805 a proposta de data, o mais próximo possível, tendo em vista o prazo de julho.

806 **8. Assuntos diversos** – a) Informação sobre a III Jornada Hemisférica sobre Políticas
807 Migratórias: O Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio, informou que existem
808 várias organizações da sociedade civil em uma das quais, inclusive, o Conselho esteve
809 presente, no final do ano passado, que é o chamado Espaço Sem Fronteiras – uma ONG
810 que trata sobre migrações e proteção aos migrantes que foi formada no Brasil, no final
811 do ano passado –, além de outras entidades da sociedade civil da América do Sul que
812 tratam do tema migratório do ponto de vista dos próprios migrantes, os movimentos
813 sociais ligados aos migrantes. Eles, periodicamente, fazem encontros; em geral,
814 antecedendo algum evento oficial migratório, geralmente, um ou dois dias antes, para
815 subsidiar os debates com informações da própria sociedade civil. O CNIg recebeu o
816 contato informando que eles estão programando a III Jornada Hemisférica para o mês
817 de setembro desse ano, antes da próxima Conferência Sul-Americana de Migrações, que
818 vai ocorrer em Quito, no Equador, com data a ser definida numa reunião preliminar em
819 Santiago, no Chile. Trata-se de uma atividade da sociedade civil e eles não estão
820 pedindo nenhum apoio material do Conselho; mas, para eles, é importante ter o apoio
821 institucional do CNIg. A SENAMI, que é a Secretaria Nacional de Migrações do
822 Governo do Equador, é apoiadora dessa III Jornada Hemisférica. Informou que não
823 haveria nenhum problema do Conselho apoiar esse tipo de atividade e que gostaria do
824 aval do Plenário para escrever uma carta dizendo que o Conselho apoia a atividade,
825 porque, para eles, é importante ter o apoio institucional do máximo possível de
826 entidades que tenham alguma atuação no tema migratório e, no Brasil, o Conselho é
827 uma referência, assim como a Secretaria Nacional do Migrante no Equador. Informou
828 também que, assim que tiver as datas precisas, irá divulgá-las em Plenário, tanto da
829 atividade da III Jornada Hemisférica quanto da própria Conferência Sul-Americana de
830 Migrações. Manifestou-se no sentido de que seria importante o Brasil poder sediar a
831 próxima Conferência, que já estaria na IX edição, sendo que há países que já a sediaram
832 por duas vezes e o Brasil ainda não sediou nenhuma; a Conferência é importante,
833 porque ela é um debate mais do ponto de vista político, de grandes encaminhamentos do
834 tema e, geralmente, essas posições são levadas aos fóruns mundiais como o Fórum
835 Global de Migrações e Desenvolvimento, que, nesse ano, será em Atenas, na Grécia, em

836 outubro ou novembro. Aprovou-se por unanimidade o apoio do CNIg à III Jornada
837 Hemisférica sobre Políticas Migratórias; b) Apoio ao II Encontro da Rede de Brasileiras
838 e de Brasileiros no Exterior: O Presidente do CNIg informou sobre outra atividade da
839 sociedade civil, atividade essa de entidades ligadas aos brasileiros e às brasileiras no
840 continente europeu. Em dezembro de dois mil e sete, foi realizado o
841 I Encontro da Rede de Brasileiras e Brasileiros, congregando associações e outras
842 entidades ligadas às comunidades brasileiras na Europa, em Bruxelas, na Bélgica. Essa
843 Rede de Brasileiras e de Brasileiros na Europa conta com a participação de onze países
844 com várias entidades e, no I Encontro, além da formação da Rede, encaminhou-se uma
845 pauta de reivindicações e de sugestões de políticas ao Governo Brasileiro. O II Encontro
846 dessa Rede está sendo programado para final de junho em Barcelona na Espanha. Disse
847 acreditar que seja um momento importante, tendo em vista o contexto em que a Europa,
848 principalmente, tem elaborado medidas cada vez mais restritivas aos movimentos
849 migratórios: a Itália tem adotado medidas duríssimas, como, por exemplo, a que obriga
850 os médicos a denunciar migrantes irregulares nos hospitais, sendo algo que, claramente,
851 viola os direitos fundamentais dessas pessoas e isso levará a que os migrantes não
852 procurem mais os hospitais e acabem tendo problemas graves de saúde; medidas,
853 também, de criminalização de empregadores; medidas que já vinham desde a diretiva de
854 retorno como a detenção de migrantes por até 18 meses; detenção de crianças, enfim,
855 uma série de medidas duríssimas que vêm sendo adotadas no continente europeu e isso,
856 agora, estão coincidindo com alguns movimentos que, inclusive, beiram à xenofobia
857 como aconteceu na Inglaterra, quando houve uma mobilização dos próprios
858 trabalhadores do Reino Unido contra trabalhadores poloneses, que vinham trabalhar no
859 reparo em usinas daquele país. Esse encontro da Rede de Brasileiras e de Brasileiros
860 está buscando apoios para a realização do encontro, apoio material mesmo. A OIM está
861 apoiando esse encontro, está custeando parte do evento e pediram apoio ao MRE e ao
862 CNIg. O Presidente do CNIg comentou que, por parte de Governo, há imensa
863 dificuldade em fazer apoio financeiro a este tipo de evento. Informou, também, que o
864 Conselho está apoiando essa iniciativa politicamente, mas solicitou apoio às
865 representações que compõe o Conselho, caso se interessem pelo tema, na realização do
866 evento. **9. Processos relatados – Assuntos de relevante importância que foram**
867 **levantados:** A Conselheira Christina Lima (CNI) levantou a questão de empresas que
868 trazem profissionais ao amparo da RN 72 (sem vínculo de trabalho) e que essas mesmas
869 empresas querem trazer os mesmos funcionários até para exercer cargos de Gerência.
870 Esses funcionários são especializadíssimos e as empresas alegam que o mercado está
871 aquecido e que elas precisam contratá-los com vínculo até para treinar funcionários
872 brasileiros; ocorre que o Art. 8º da RN 74 (procedimentos para autorização de trabalho)
873 veda a concessão de nova autorização de trabalho para a mesma pessoa jurídica, nos
874 noventa dias seguintes ao término da vigência da última autorização, excetuando-se a
875 RN 61 em RN 80. Em sua opinião, quando se trata de uma mesma autorização de
876 trabalho da mesma Resolução, havia o primeiro caso da prorrogação e, depois da
877 prorrogação, seria vedado para se evitar que se transformasse um contrato Temporário
878 em Permanente, que não é o caso, porque a situação é diversa porque você vai mudar o
879 tipo da Resolução. E que, por isso, sugeriu que se fizesse uma orientação à Coordenação
880 de que esses casos nem precisariam ir ao Conselho e que esse Art. 8º não se aplicaria
881 nos casos em que você vai dar uma autorização com base em outra Resolução e que a
882 própria Coordenação pudesse resolver esses casos. O Presidente do CNIg, Conselheiro
883 Paulo Sérgio, acatou, depois de um breve debate, a sugestão e que combinaria,
884 internamente, esse procedimento. O Coordenador do CNIg, Aldo Cândido, discorreu
885 sobre os processos a serem deferidos e indeferidos *ad-referendum* e explicou que

886 muitos processos são indeferidos *ad-referendum* porque não se encaixam como casos
887 omissos ou especiais da RN 27, encaixam-se, sim, nos casos previstos na lei e nas RNs.
888 E que os processos que são deferidos *ad-referendo* são processos em que há uma
889 sentença de um juiz, uma sentença estrangeira de declaração de autoridade pública
890 estrangeira reconhecendo união estável (Art. 2º da RN 77). Análise de Processos:
891 **Processo nº 46000.002685/2008-95. Carlos Antonio Roman Quijano e outros.** O
892 Conselheiro Luciano Barbosa (MJ) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi
893 acatada pelos demais Conselheiros. **02) Processo nº 46217.006467/2008-94. Adrimana**
894 **Buyoya Habizimana.** O Conselheiro Luciano Barbosa (MJ) manifestou-se pelo
895 indeferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **03) Processo nº**
896 **46000.00439/2009-80. Remon Daniel Boef.** O Conselheiro Ralph Hendersen (MRE)
897 manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros.
898 **04) Processo nº 46000.035308/2008-32. Brian Armstrong.** O Conselheiro Ralph
899 Hendersen (MRE) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais
900 Conselheiros. **05) Processo nº 08364.001225/2007-41. Jorge Armando Perez Tapia.**
901 O Conselheiro Marcos Vinícius Quito (MS) manifestou-se pelo deferimento e a decisão
902 foi acatada pelos demais Conselheiros. **06) Processo nº 08391.011747/2007-23. George**
903 **Azzopardi.** O Conselheiro Marcos Vinícius Quito (MS) manifestou-se pelo
904 deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **07) Processo nº**
905 **08495.001539/2007-58. Franco Umilio.** O Conselheiro Marcos Vinícius Quito (MS)
906 manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros.
907 **08) Processo nº 46205.014666/2008-13. Gil Martins.** Processo não relatado. **09)**
908 **Processo nº 46000.031163/2008-09. Antonio Donghia.** Processo não relatado. **10)**
909 **Processo nº 46000.031162/2008-56. Filipo Donghia e esposa.** Processo não relatado.
910 **11) Processo nº 46000.034382/2008-31. José Luiz Caldas Jr.** A Conselheira Lídia
911 Amaral manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais
912 Conselheiros. **12) Processo nº 46219.053970/2006-57. Pablo Joshimar Ortiz.** A
913 Conselheira Lídia Amaral manifestou-se pelo deferimento condicionado e a decisão foi
914 acatada pelos demais Conselheiros. **13) Processo nº 46000.011251/2008-86. Gian**
915 **Giorgio Romano.** A Conselheira Lídia Amaral manifestou-se pelo indeferimento e a
916 decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **14) Processo nº 08506.004945/2008-87.**
917 **Renate Ilse Elfriede Jacoby.** A Conselheira Lídia Amaral manifestou-se pelo
918 indeferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **15) Processo nº**
919 **46000.020790/2008-14. Antonio Cioffi e esposa.** A Conselheira Haila Braga (MTUR)
920 manifestou-se pelo indeferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros.
921 **16) Processo nº 08420.008421/2006-43. Erich Ulrich Ettensperger.** A Conselheira
922 Haila Braga (MTUR) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos
923 demais Conselheiros. **17) Processo nº 08495.000791/2006-69. Marcial Francisco**
924 **Losada.** O Conselheiro Vitor Luiz Carvalho (CUT) manifestou-se pelo deferimento e a
925 decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **18) Processo nº 08390.003209/2008-56.**
926 **Christian Armando C. Valenzuela.** O Conselheiro Vitor Luiz Carvalho (CUT)
927 manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros.
928 **19) Processo nº 08270.005178/2007-53. Norberto Fernandes Teixeira.** O Conselheiro
929 Vitor Luiz Carvalho (CUT) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada
930 pelos demais Conselheiros. **20) Processo nº 46000.025711/2008-53. Antonella**
931 **Fulchignoni.** O Conselheiro Vitor Luiz Carvalho (CUT) manifestou-se pelo
932 deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **21) Processo nº**
933 **08506.005739/2008-94. Carlos Triveño Rios.** O Conselheiro Elias Ferreira (FS)
934 manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros.
935 **22) Processo nº 08492.000349/2007-43. Johann Josef Tschudi.** O Conselheiro Elias

936 Ferreira (FS) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais
937 Conselheiros. **23) Processo nº 46205.007038/2008-73. Gernot Roland Erich Fengler.**
938 O Conselheiro Elias Ferreira (FS) manteve o indeferimento e a decisão foi acatada pelos
939 demais Conselheiros. **24) Processo nº 46000.028652/2008-75. James Edward Morse.**
940 O Conselheiro José Ribamar Dantas (CGT) manifestou-se pelo deferimento e a decisão
941 foi acatada pelos demais Conselheiros. **25) Processo nº 46000.030755/2008-03. Lesli**
942 **Lucero Quiña Pelaez.** O Conselheiro José Ribamar Dantas (CGT) manifestou-se pelo
943 indeferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **26) Processo nº**
944 **08495.001060/2007-11. Rafael Ramos.** O Conselheiro Valdir Vicente de Barros
945 (CGTB) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais
946 Conselheiros. **27) Processo nº 46000.022523/2008-73. Cecilia Del Carmen Arce Diaz.**
947 A Conselheira Christina Lima (CNI) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi
948 acatada pelos demais Conselheiros. **28) Processo nº 46000.028954/2008-43. Eric Von**
949 **Weber.** A Conselheira Christina Lima (CNI) manifestou-se pelo deferimento e a
950 decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **29) Processo nº 46000.028955/2008-98.**
951 **Alexander Robert Meikle.** A Conselheira Christina Lima (CNI) manifestou-se pelo
952 deferimento condicionado e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **30)**
953 **Processo nº 46000.028956/2008-32. Terence Ian Gilbert.** A Conselheira Christina
954 Lima (CNI) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais
955 Conselheiros. **31) Processo nº 46000.032748/2008-38. Valmore Antonio Briceno Paz.**
956 A Conselheira Christina Lima (CNI) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi
957 catada pelos demais Conselheiros.
958 **32) Processo nº 08096003211/2007-79. Fernando Balseiro Silva.** A Conselheira
959 Luciana de Carvalho (CNA) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada
960 pelos demais Conselheiros. **33) Processo nº 46000.019451/2008-87. Alberto Manuel**
961 **Tavares dos Santos.** O Conselheiro Sérgio Antônio Victor (CNT) manifestou-se pelo
962 deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **34) Processo nº**
963 **08460.026215/2006-49. Maria da Glória da Silva B. Martins.** O Conselheiro Sérgio
964 Antônio Victor (CNT) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos
965 demais Conselheiros. **35) Processo nº 08270.001586/2007-36. Raul Manuel Cordovil**
966 **Cordeiro Vinagri.** A Conselheira Marilena Funari (CNF) manifestou-se pelo
967 deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **36) Processo nº**
968 **08457.006706/2007-11. Maurizio Persico.** Processo não relatado. **37) Processo nº**
969 **46000.018880/2008-37. Heidi Vetsch.** Processo não relatado. **Os seguintes processos**
970 **foram deferidos ad-referendum por cumprimento da art. 2º da RN 77/08:**
971 38) Processo nº 46000.033302/2008-21. 39) Processo nº 46000.031632/2008-81.
972 40) Processo nº 46000.032477/2008-11. 41) Processo nº 46000.000004/2009-35.
973 42) Processo nº 46000.023689/2008-15. 43) Processo nº 46000.016437/2008-21
974 44) Processo nº 46880.000066/2008-06. 45) Processo nº 46220.006119/2008-68.
975 46) Processo nº 46000.032077/2008-13. **(Os seguintes processos foram indeferidos**
976 **ad-referendum:** 47) Processo nº 46000.027707/2008-20. 48) Processo nº
977 46000.035971/2008-37. 49) Processo nº 46000.034592/2008-20. 50) Processo nº
978 46000.034838/2008-63. 51) Processo nº 46000.035564/2008-20. 52) Processo nº
979 46000.035843/2008-93. 53) Processo nº 46205.001290/2009-50. 54) Processo nº
980 46000.034204/2008-19. 55) Processo nº 46000.035102/2008-11. 56) Processo nº
981 46217.008082/2008-61. 57) Processo nº 46000.035970/2008-92. 58) Processo nº
982 46000.033525/2008-98. 59) Processo nº 46000.031729/2008-94. 60) Processo nº
983 46000.033524/2008-43. 61) Processo nº 46000.030285/2008-70. 62) Processo nº
984 46205.016338/2008-43. 63) Processo nº 46000.029861/2008-36. 64) Processo nº
985 46000.020849/2008-66. 65) Processo nº 46205.012333/2008-41. 66) Processo nº

986 46000.020576/2008-50. 67) Processo nº 46000.028020/2008-10. 68) Processo nº
987 46000.032475/2008-21. 69) Processo nº 46220.007101/2008-83. 70) Processo nº
988 46000.15264/2008-24. 71) Processo nº 46000.031510/2008-95. 72) Processo nº
989 46000.034941/2008-11. 73) Processo nº 46000.009192/2008-86. **Os seguintes**
990 **processos foram retirados de pauta:** 74) Processo nº 46000.030756/2008-40. Axel
991 Pekarek. 75) Processo nº 46000.033986/2008-61. Lois Rudine.
992 **Encerramento** – Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo
993 Sérgio, encerrou a II Reunião do Conselho Nacional de Imigração de dois mil e nove às
994 dezessete horas e vinte minutos.